



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2026 - PMPB
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026 - PMPB
MULTIENTIDADES
RETIFICADO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO**, Estado de Santa Catarina, por ordem do Prefeito Municipal, o Sr. **JOEL ORLANDO LUCINDA** e por intermédio do(a) Pregoeiro(a) e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria n.º 3.761/2025 e suas alterações, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, às **09h00min** do dia **02 de junho de 2026**, com julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 4.376/2026 Leis Complementares nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e nº 147, de 7 de agosto de 2014 e demais alterações posteriores.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 09h00min do dia 18/05/2026 até às 08h30min do dia 02/06/2026 .
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 09h00min do dia 02/06/2026 .
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: A partir das 09h00min do dia 02/06/2026 .
LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br (Portal de Compras Públicas).
REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF).

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a seleção de propostas visando o **registro de preços** para **aquisição de materiais hidrossanitários, atendendo as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo**, conforme as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

1.1. A licitação e seu objeto obedecerão ao disposto na tabela e especificações constantes do **Termo de Referência (Anexo I)**.

1.2. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar desta Licitação os interessados, sendo estas pessoas jurídicas, que atenderem todas as exigências constantes deste Edital, seus Anexos, e principalmente em relação à legislação.

2.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto ao **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

2.3. Será admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.4. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.

2.5. Para as empresas em recuperação judicial, as mesmas deverão apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, conforme Acórdão Plenário 1201/2020.

2.6. Para participar do Pregão, o licitante deverá se credenciar junto ao provedor do sistema de Pregão Eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.





2.6.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

2.7. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

2.7.1. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros quando identificar incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados;

2.7.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão;

2.7.3. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao MUNICÍPIO DE PORTO BELO, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.7.4. A MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO CONSTANTE, NO ANEXO V, PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ, QUANDO DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL DE PREÇO A SER DIGITADO NO SISTEMA, VERIFICAR NOS DADOS CADASTRAIS SE ASSINALOU O REGIME ME/EPP NO SISTEMA CONFORME O SEU REGIME DE TRIBUTAÇÃO PARA FAZER VALER O DIREITO DE PRIORIDADE DO DESEMPATE. ART. 44 E 45 DA LC 123/2006.

3. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

3.1. O certame será conduzido pelo(a) Pregoeiro(a), com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços, realizando diligência quando possível;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar, realizando diligência quando possível;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos, encaminhando à autoridade superior, se for o caso;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicar e homologar, autorizando a contratação.

4. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Portal de Compras Públicas e permite a participação dos interessados nas licitações eletrônicas realizadas pela Prefeitura Municipal de Porto Belo.

4.2. O cadastro no portal de compras públicas deverá ser feito no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, por meio de login e senha.

4.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de





senha privativa.

4.4. O participante, com poderes de representação, poderá tomar decisões relativamente a todas as fases do procedimento licitatório.

4.5. O Licitante responde integralmente por todos os atos praticados no certame por seu representante ou procurador.

4.6. O Credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Licitação.

4.7. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.

4.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.9. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional deverá ser esclarecida através: do site: <https://portaldecompraspublicas.com.br/> e do **Atendimento à Fornecedores**: Telefone e Whatsapp: Capitais, Regiões Metropolitanas e WhatsApp: 3003-5455 – E-mail: fornecedor@portaldecompraspublicas.com.br

5. PARTICIPAÇÃO

5.1. A participação no Pregão, na forma eletrônica, dar-se-á por meio da utilização de senha pessoal e intransferível do representante credenciado no sistema eletrônico, ou diretamente pelo licitante, para acesso ao sistema e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio eletrônico, observados a data e o horário estabelecidos no edital.

5.2. Caberá ao fornecedor **acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, **assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances**, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja **compatível** com o objeto desta licitação.

5.5. Será concedido tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, ao microempreendedor individual (MEI), ao agricultor familiar e ao produtor rural pessoa física, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.5.1. As sociedades cooperativas poderão participar do certame em igualdade de condições com as demais licitantes, desde que atendam aos requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

5.6. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.6.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.6.2. Que não atendam às condições deste Edital e seus Anexos;

5.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.6.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021;





- 5.6.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- 5.6.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº746/2014 – TCU – Plenário).
- 5.6.7. Empresa declarada inidônea em qualquer esfera pública, conforme art. 156 §4º da Lei 14.133/2021.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1. Será solicitado ao licitante mais bem classificado que, no prazo máximo de 2 (duas) horas após convocado, por meio de transferência eletrônica de arquivo (upload) ao sistema, envie a proposta adequada (quando se tratar de lote) ao último lance ofertado após a negociação realizada, bem como os documentos de habilitação exigidos no item 13 e 14 do Edital.
- 6.2. O licitante que convocado, deixar de enviar a documentação acima exigida será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.
- 6.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 6.4. **As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123 de 2006.**
- 6.5. **Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.6. **ATÉ A ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserido no sistema;
- 6.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, sem que seja identificado, através dos seguintes campos:

Valor unitário	Marca	Modelo
----------------	-------	--------

OBS: Quando o objeto se caracterizar como serviço ou o material estabelecer fabricação própria, a especificação não poderá identificar a pessoa jurídica, seja por razão social ou por nome fantasia. Neste caso, entende-se como aceitável a expressão “MARCA PRÓPRIA” ou outra expressão sinônima.

- 7.1.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 7.1.2. **Prazo de entrega: Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pelas secretarias solicitantes num prazo de até 7 (SETE) dias úteis, a contar do recebimento da ordem de compra.**
- 7.2. Nos valores propostos estarão inclusos **todos os custos operacionais**, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 7.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de **exclusiva responsabilidade do licitante**, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, desde que justificado na sessão, e com expressa concordância fundamentada pelo (a) Pregoeiro (a).





7.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

7.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União ou do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, **desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital**, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

8.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.9. O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.11. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes neste Edital.

8.12. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.13. Entende-se por lances intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.

8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

8.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.





8.17. Se a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública **será suspensa e reiniciada** somente decorridas **24 (vinte e quatro horas)** após a comunicação do fato aos participantes, através de publicação no chat do certame no Portal de Compras Públicas.

8.18. Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.

8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

9. DO MODO DE DISPUTA

9.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com etapa final de envio de lance fechado, nos termos do **art. 56 da Lei nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis. No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de **quinze minutos**.

9.1.1. Encerrado o prazo da etapa de lances abertos, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até **dez minutos**, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

9.1.2. Encerrado o prazo de que trata o subitem **9.1.1**, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.1.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem **9.1.2**, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

9.1.4. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens **9.1.2** e **9.1.3**, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

9.1.5. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens **9.1.2** e **9.1.3**, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem **9.1.4**.

9.1.6. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, poderá admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem **9.1.5**.

9.2. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.3. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser, de no mínimo, **R\$ 0,01 (um centavo)**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

9.6. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme definido neste





Edital e seus anexos.

9.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.8. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.9. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de **até 5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a **1ª (primeira) colocada**.

9.10. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **05 (cinco) minutos controlados pelo sistema**, contados após a comunicação automática para tanto.

9.11. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.12. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.13. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

10. EMPATE LEGAL (art. 44 e 45 da LC nº 123/2006)

10.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no §1º do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

10.2. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.2.1. A negociação poderá ocorrer por intermédio do(a) Pregoeiro(a), em casos específicos, por meio telefônico e/ou por e-mail, desde que justificado, e reduzido a termo no *chat* destinado à visualização de todos os licitantes.

11.3. Será estabelecido o **prazo mínimo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema, ou outro prazo, à critério deste, para envio da proposta e, se necessário,





dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, e verificará a habilitação do licitante, decidindo motivadamente a respeito.

12.2. Será **desclassificada** a proponente que:

12.2.1. Deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;

12.2.2. Contiver vícios insanáveis;

12.2.3. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

12.2.4. Apresentar preços inexequíveis ou quando exigido pela Administração, não tiverem sua exequibilidade demonstrada; ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

12.3 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme IN SEGES/ME 73/2022.

12.4 Caso entenda necessário, o(a) Pregoeiro(a) ou a Autoridade Competente poderá instaurar **diligência** para fins de **aferição de exequibilidade das propostas**. Tal diligência poderá ocorrer em qualquer fase da licitação, sendo que o(a) Pregoeiro(a) ou a Autoridade Competente poderá determinar que o licitante faça prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, o prazo para comprovação será de **24 (vinte e quatro) horas** para envio dos documentos.

12.5 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

12.5.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

12.5.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta;

12.5.3. Da apresentação de planilha de custos; ou

12.5.4. Da comprovação (documentos, notas fiscais, recibos etc.) que o preço proposto é coerente com os de mercado e que tem condições de cumprir com as obrigações assumidas.

12.6 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

12.7. A diligência servirá como subsídio para decisão do(a) Pregoeiro(a) ou da Autoridade sobre a aceitabilidade da Proposta apresentada com indício de ser inexequível.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos de habilitação serão encaminhados apenas pela empresa vencedora do item/lote no prazo de 2 (duas) horas após o fim da etapa de lances, via sistema, o não envio dos documentos a empresa será inabilitada.

13.1.1. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, para:

13.1.1.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

13.1.1.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13.1.2. O licitante que convocado, deixar de enviar a documentação acima exigida será **desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital**.





13.2. O (A) Agente de Contratação, denominado (a) Pregoeiro (a) e a Equipe de Apoio designada verificarão, ainda, **sob pena de inabilitação**, da pessoa jurídica:

13.2.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em **1º (primeiro) lugar**, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a pesquisa aos seguintes cadastros:

13.2.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica no site do Tribunal de Contas da União – TCU (TCU, CNJ, CEIS e CNEP): <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

13.2.3. Consulta da Certidão Negativa Correccional no site da Corregedoria-Geral da União – CGU (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM): <https://certidoes.cgu.gov.br>;

13.2.4. Os documentos que forem objeto de verificação, obrigatória ou discricionária, serão anexados para acesso de todos os licitantes, ao Portal de Compras Públicas, referente ao processo em questão.

13.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares conforme solicitação do(a) Pregoeiro(a), os documentos **deverão ser apresentados em formato digital**, via sistema Portal de Compras Públicas, no prazo definido pelo(a) Pregoeiro(a), seja este estipulado em lei ou à critério da Administração.

13.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a) e equipe de apoio nos sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.5. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora.

13.6. Será julgada **inabilitada** a proponente que:

a) Deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital, desde que esta não seja sanável, nos moldes da legislação.

b) Deixar de apresentar algum dos documentos exigidos no Edital para comprovação da habilitação, independentemente de ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

c) Apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal, que dificulte, impossibilite a compreensão ou invalide o documento;

d) Apresentar declaração ou qualquer outro documento com conteúdo falso ou adulterado;

e) Apresentar documento de regularidade fiscal, social ou trabalhista vencido. **Não se aplica esta regra quando o licitante for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.**

13.7. Do julgamento da habilitação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, aplicar-se-á o art. 42 e 43 da LC nº 123/2006 e art. 43, §1º da LC nº 147/2014, desde que esta esteja devidamente identificada.

13.8. Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 43, §1º da LC nº 147/2014, o(a) Pregoeiro(a) adotará o seguinte procedimento **quando a vencedora for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**:

13.8.1. Serão analisados os documentos **não** integrantes da regularidade fiscal, social e trabalhista, aplicando-se o disposto no item 13.6 “a”, “b”, “c” e “d” deste edital.

13.9. Serão analisados os documentos relativos à regularidade fiscal, social e trabalhista, declarando-se:

13.9.1. O atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação, caso se verifique que toda a documentação está regular; ou

13.9.2. O desatendimento das exigências constantes do Edital, caso se verifique a restrição, ou seja, que alguma certidão foi apresentada vencida, sendo suspenso o julgamento da habilitação referente à regularidade fiscal, social e trabalhista em relação àquela **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** licitante. **Neste caso, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias**





úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, mediante requerimento, para que a interessada providencie a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.9.3. A não-regularização da documentação de regularidade fiscal, social ou trabalhista, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, retomando a licitação na forma do item 13 e seguintes, ou fracassar a licitação ou o item, conforme o caso.

13.10. As microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais que pretendam usufruir dos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar declaração, conforme modelo do **ANEXO V**, de que se enquadram nesta categoria jurídica empresarial, mediante apresentação de certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado ou declaração de enquadramento validada pela Junta Comercial.

13.11. A não apresentação desta declaração leva ao entendimento de que as empresas proponentes não têm interesse nos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou não se enquadram nesta categoria jurídica.

13.12. A verificação posterior de que o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte poderá caracterizar fraude à licitação, nos termos do art. 337-F do Código Penal, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e na legislação pertinente.

13.13. A certidão simplificada da Junta Comercial ou a declaração equivalente deverá estar válida e vigente na data da sessão pública, observadas as disposições do órgão emissor, não sendo exigido prazo fixo de emissão, salvo se houver previsão específica na própria certidão.

13.14. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, desde que a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI possa suprir as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, por constarem no próprio Certificado.

13.15. As microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais que pretendam usufruir dos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 **deverão apresentar, na fase de habilitação, DECLARAÇÃO de que os contratos que este celebrou com a administração pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 4º, §2º, da Lei 14.133/2021** (modelo de declaração disponível no anexo V deste edital).

13.16. HABILITAÇÃO JURÍDICA (Deverá apresentar o documento solicitado conforme o tipo da empresa):

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- c) **Sociedade empresária, inclusive na forma de sociedade limitada unipessoal (SLU):** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil,





publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

13.16.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.17. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Inscrição do CNPJ, emitida através do site: <http://www.fazenda.gov.br/>;

b) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal de origem da empresa;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual de origem da empresa;

d) Prova de regularidade com os débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da união que abrange os créditos tributários da Receita Federal do Brasil (RFB), da PGFN (Dívida Ativa da União Junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) e as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, emitida através do site: <http://www.fazenda.gov.br/>;

e) Prova de regularidade com FGTS, emitida através do site:

<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, emitida através do site: <http://www.tst.jus.br/certidao>;

13.18. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A qualificação econômico-financeira será comprovada por meio dos seguintes documentos:

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

b) Na hipótese de certidão positiva de recuperação judicial, será admitida a participação da empresa desde que comprove a viabilidade econômico-financeira, mediante apresentação de documentação emitida pela instância judicial competente ou outros meios idôneos que evidenciem sua aptidão para cumprir as obrigações contratuais, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

c) Fica dispensada a exigência de apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis, bem como de índices de liquidez, em razão das características do objeto, de baixa complexidade e/ou de entrega imediata, nos termos do art. 70 da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativa constante nos autos do processo administrativo.

13.19. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.19.1. Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de materiais compatíveis com o objeto desta licitação.

13.19.1.1. Para fins de comprovação da capacidade técnica, será exigido que o(s) atestado(s) demonstre(m) a execução de fornecimento de **materiais hidrossanitários**, compreendendo, no mínimo, itens como tubos, conexões, registros, válvulas, torneiras ou materiais equivalentes, considerados como parcelas de maior relevância do objeto.

13.19.1.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar o fornecimento de quantitativo mínimo





correspondente a, no mínimo, **20% (vinte por cento)** do quantitativo total estimado dos itens considerados relevantes, admitida a soma de atestados para fins de atendimento do requisito.

13.19.1.3. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo: identificação da pessoa jurídica emitente, descrição dos materiais fornecidos, quantitativos, período de fornecimento, declaração quanto ao cumprimento dos prazos e à qualidade do fornecimento, bem como nome, cargo e assinatura do responsável pela emissão.

13.19.1.4. Serão aceitos atestados que comprovem o fornecimento de materiais similares, desde que demonstrada a compatibilidade com o objeto licitado.

14. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

14.1. Deverá apresentar como complemento dos documentos de habilitação, a **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES**, conforme modelo **ANEXO IV**.

14.2. A referida declaração deverá estar assinada e datada, sendo esta, se possível, objeto de diligência saneadora.

15. DAS DILIGÊNCIAS

15.1. Poderão ser realizadas diligências referentes aos documentos apresentados, ou em relação a quaisquer outros documentos e aspectos, bem como localização da empresa, notas fiscais relativas ao(s) atestado(s) técnico(s) emitido(s), além de autenticações, sejam presencialmente e/ou através dos sítios eletrônicos oficiais.

15.2. Os documentos para habilitação que necessitam de autenticação, **SOMENTE SERÃO AUTENTICADOS POR ESTA MUNICIPALIDADE ATÉ ÀS 13h00min DO ÚLTIMO DIA ÚTIL ANTERIOR A ABERTURA** do processo licitatório.

15.3. Não será realizada autenticação de documentação no dia da abertura dos documentos, em hipótese nenhuma.

15.4. As autenticações serão admitidas para fins de complementação da documentação de habilitação, conforme **ANEXO II**, de acordo com o prazo estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a) em ata.

15.5. As autenticações seguem o disposto na Lei nº 14.133/23 e no Decreto Municipal nº 3.757/2024.

15.6. A prorrogação de prazo para a apresentação de documentos exigidos em ato de diligência deverá ser requerida dentro do prazo inicialmente previsto, preferencialmente por meio escrito, e fica adstrito à conveniência da Administração Pública, sob a autoridade do (a) Pregoeiro (a), no âmbito de sua competência.

15.7. A utilização dos recursos e meios eletrônicos dispensa o envio de documentação por correspondência, sendo utilizado campo próprio do sistema.

15.8. O envio de documentação de habilitação complementar para quaisquer e-mails será desconsiderado, exceto se informado pelo (a) Pregoeiro (a), via *chat*, **no sistema**.

15.9. Serão verificados todos os documentos originais, **conforme a Lei nº 13.726/18**.

16. DOS RECURSOS

16.1. Declarado o vencedor após o julgamento das propostas e a verificação da habilitação, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de até 15 (quinze) minutos, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, de forma motivada, nos termos do art. 165, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

16.2. As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no **prazo de 03 (três) dias úteis**.

16.3. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas **contrarrazões**, no **prazo de 03 (três) dias úteis**, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista





imediatamente dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

16.4. Os **documentos referentes aos recursos e/ou às contrarrazões** deverão ser anexados em campo próprio do sistema, **exclusivamente**, dentro do limite de tempo estipulado (dia e horário), não sendo admitido qualquer outro meio, **sob pena de indeferimento**.

16.5. O envio de documentos referentes aos recursos e/ou às contrarrazões para quaisquer outros meios serão desconsiderados, exceto em casos excepcionais, onde serão justificados e manifestados em ata pelo (a) Pregoeiro (a).

16.6. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto do subitem 16.1, importará na decadência desse direito, e o(a) Pregoeiro(a) estará autorizado(a) a encerrar a fase de habilitação, declarando o licitante vencedor do referido item, e encaminhando o processo à adjudicação e homologação da autoridade superior.

16.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

17. DO JULGAMENTO DOS RECURSOS

17.1. Após a manifestação dos interessados, a Autoridade Competente fará análise dos recursos e das contrarrazões manifestando-se formalmente sobre o conteúdo dos mesmos, podendo:

- a) manter as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo não provimento dos recursos;
- b) rever as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo provimento dos recursos;

17.2. Após análise e manifestação da Autoridade Competente sobre os recursos, o processo poderá ser submetido à análise da Procuradoria-Geral do Município.

17.3. A Autoridade competente emitirá a decisão final.

17.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame e homologará o procedimento licitatório.

17.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.6. Não caberá recurso administrativo contra a decisão final da Autoridade Competente.

18. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DE CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade Competente, caso não haja interposição de recurso, ou após a regular decisão dos recursos apresentados.

18.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará e homologará o procedimento licitatório.

18.3. Após a homologação, o Contrato será encaminhado por e-mail informado no sistema, e deverá ser devolvido assinado no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Importante destacar que a eficácia do contrato iniciará após a publicação do contrato no PNCP, conforme art. 94 da Lei 14.133/2021.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no **Termo de Referência (ANEXO I)** e documentos complementares, elaborados, exclusivamente, pelos órgãos requisitantes, respeitada a segregação de funções.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas, conforme **Termo de Referência (ANEXO I)**, e concomitantemente, na **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ANEXO VI)**.

21. DO PAGAMENTO

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no **Termo de Referência (ANEXO I)**, além da **Minuta da Ata de Registro de Preços (ANEXO VI)**, sendo parte integrante deste edital.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS





22.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativa aceita pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO**, resguardada os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

- a) Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência dos de execução, até o limite de 10 (dez) dia úteis, caracterizando inexecução parcial;
- b) Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado da contratação, pela inadimplência além do prazo do subitem anterior, caracterizando inexecução total do mesmo;
- c) Advertência;
- d) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme art. 156, inciso IV e §§5º, 6º e 7º do mesmo artigo da Lei 14.133/2021.

22.2. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de rescisão unilateral do contrato, bem como aplicação de outras sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021, inclusive responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração ou a terceiros.

22.3. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO**;

22.4. O valor da multa poderá ser descontado de eventual crédito existente na **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO**, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, à diferença será cobrada na forma da lei. Se a multa aplicada for de valor superior ao primeiro pagamento o excesso também poderá ser descontado do pagamento subsequente e assim sucessivamente.

22.5. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

22.6. O contrato poderá ser rescindido na ocorrência de qualquer um dos motivos enumerados no artigo 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021 com as formalidades e consequências previstas nos artigos 138 e 139 da referida Lei.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, incluída data e horário pré-estabelecidos, no sistema do Portal de Compras Públicas.

23.2. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica, **exclusivamente**, através de campo específico (**IMPUGNAÇÕES e/ou DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS**), não sendo admitida qualquer outra forma de envio.

23.3. Caberá ao (à) Pregoeiro (a), auxiliado (a) pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, inclusive com amparo técnico, se for o caso, decidir sobre a impugnação no prazo de **até 02 (dois) dias úteis** contados da data e horário de recebimento da impugnação, respondendo, exclusivamente, através de campo próprio do sistema da **Portal de Compras Públicas** seguir o rito do subitem 23.1. sem quaisquer exceções, vinculando os participantes, interessados e a própria Administração.

23.3.1. A (s) referida (s) resposta (s) à impugnação, questionamentos, dúvidas e/ou esclarecimentos poderão ser anexados, concomitantemente, ao sistema IPM, e ficarão acessíveis a todos os interessados.

23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, se for o caso, de acordo com a Lei nº 14.133/21.





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO



23.5. As impugnações, questionamentos, dúvidas e/ou esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) Pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á a ata da sessão e/ou quaisquer outras atas, bem como os documentos, no sistema eletrônico do Portal de Compras Públicas (<https://portaldecompraspublicas.com.br/>), onde todos os interessados têm acesso, e concomitantemente no site da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO**, através do sistema IPM (<https://portobelo.atende.net/cidadao>), conforme a possibilidade e o andamento do processo.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).

24.3. A adjudicação e/ou a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade, a segurança da contratação e os demais princípios inerentes à Lei nº 14.133/21.

24.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

24.7. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração, de segunda-feira à sexta-feira, e em horário estabelecido, das 08h às 12h e das 13h às 17h.

24.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.9. Em caso de divergência entre disposições do corpo deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.2. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, além do site do Município, no endereço <https://portobelo.atende.net/cidadao> (“aba” Consulta Licitações).

25.3. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência (TR);

ANEXO I-A – Estudo Técnico Preliminar (ETP);

ANEXO II – Exigências para Habilitação Complementar (Pós- Disputa);

ANEXO III – Modelo de Proposta;

ANEXO IV – Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação e Demais Obrigações;

ANEXO V – Declaração ME/EPP;

ANEXO VI – Minuta da Ata de Registro de Preços;





**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**



Porto Belo/SC, 15 de maio de 2026.

JOEL ORLANDO LUCINDA
Prefeito Municipal

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 15/05/2026 15:11 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pab6041467c092>





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 063/2026 – PMPB

Conforme previsto no inciso XXIII, do artigo 6º, e § 1º do artigo 40, da Lei Federal n.º 14.133/2021, Termo de Referência é o documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

1- DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO:

1.1- Aquisição de materiais hidrossanitários, atendendo as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo.

Item	Cód.	Qtde.	Unid.	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	147	50,00	UN		1,10	55,00
ABRAÇADEIRA PVC P/ CONDULETE 1/2CINZA						
2	115228	50,00	PEÇA		0,60	30,00
ABRAÇADEIRA PVC P/ CONDULETE 3/4CINZA.						
3	115230	50,00	PEÇA		0,62	31,00
ADAPTADOR CURTO 25X3/4.						
4	115231	20,00	PEÇA		1,20	24,00
ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO 32MMX1.						
5	115232	20,00	PEÇA		8,45	169,00
ADAPTADOR SOLDÁVEL P/CX D'ÁGUA 25MMX3/4.						
6	115233	20,00	PEÇA		12,65	253,00
ADAPTADOR SOLDÁVEL P/CX D'ÁGUA 50X1.1/2.						
7	115234	20,00	PEÇA		59,93	1.198,60
ALICATE BOMBA D. ÁGUA 12.						
8	115235	30,00	PEÇA		6,87	206,10
ANEL DE VEDAÇÃO P/ VASO SANITÁRIO C/ GUIA.						
9	115236	20,00	PEÇA		6,75	135,00
ANEL DE VEDAÇÃO P/ VASO SANITÁRIO S/ GUIA.						
10	115237	40,00	PEÇA		67,38	2.695,20
ASSENTO SANITÁRIO BRANCO INFANTIL.						
11	1333	160,00	UN		39,97	6.395,20
ASSENTO SANITÁRIO BRANCO						
12	1457	50,00	UN		372,43	18.621,50
BACIO C/ CX. ACOPLADA BRANCO						
13	115240	20,00	PEÇA		10,69	213,80
BOIA PARA CAIXA DE ÁGUA EM PVC.						
14	2431	20,00	UN		13,75	275,00
BRAÇO CHUVEIRO 40 CM PVC						
15	3319	10,00	UN		322,95	3.229,50
CAIXA D'ÁGUA 1.000 LITROS COM TAMPA- PVC						
16	3322	10,00	UN		776,74	7.767,40
CAIXA D'ÁGUA 2.000 LITROS COM TAMPA- PVC						
17	3326	5,00	UN		2.175,46	10.877,30
CAIXA D'ÁGUA 5.000 LITROS COM TAMPA- PVC						
18	115245	20,00	PEÇA		32,71	654,20
CAIXA DE DESCARGA BRANCA EM MATERIAL DE PVC PARA BANHEIRO 9 LTS.						
19	115246	20,00	PEÇA		33,44	668,80
CAIXA DE DESCARGA BRANCA PARA SANITÁRIO INFANTIL.						
20	115247	130,00	PEÇA		4,89	635,70





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO



CAP ESGOTO 100MM.						
21	4077	20,00	UN		39,64	792,80
CAP ESGOTO 150MM						
22	115249	20,00	PEÇA		1,88	37,60
CAP ESGOTO 40MM.						
23	4079	20,00	UN		4,23	84,60
CAP ESGOTO 50MM						
24	115251	20,00	PEÇA		5,02	100,40
CAP ESGOTO 75MM.						
25	115252	20,00	PEÇA		1,08	21,60
CAP SOLDÁVEL 20MM.						
26	115253	20,00	PEÇA		0,89	17,80
CAP SOLDÁVEL 25MM.						
27	115254	20,00	PEÇA		1,05	21,00
CAP SOLDÁVEL 32MM.						
28	115255	20,00	PEÇA		2,39	47,80
CAP SOLDÁVEL 40MM.						
29	115258	10,00	PEÇA		66,12	661,20
CHAVE GRIFO 18".						
30	115259	20,00	PEÇA		69,97	1.399,40
CHUVEIRO ELÉTRICO 220V 5500 W.						
31	115260	50,00	PEÇA		15,17	758,50
CURVA ESGOTO 100MM.						
32	115261	80,00	PEÇA		56,73	4.538,40
CURVA ESGOTO 150MM.						
33	115262	20,00	PEÇA		2,70	54,00
CURVA ESGOTO 40MM.						
34	115264	70,00	PEÇA		8,83	618,10
CURVA ESGOTO 75MM.						
35	115265	30,00	PEÇA		1,62	48,60
CURVA SOLDÁVEL 25MM.						
36	115266	20,00	PEÇA		6,48	129,60
CURVA SOLDÁVEL 32MM.						
37	115267	20,00	PEÇA		12,01	240,20
CURVA SOLDÁVEL 50MM.						
38	115268	10,00	PEÇA		82,62	826,20
DUCHA HIGIÊNICA CROMADA COM REGISTRO E GATILHO.						
39	115269	35,00	PEÇA		4,24	148,40
FITA VEDA ROSCA TEFLON 18MM X 20 MTS.						
40	115270	20,00	PEÇA		18,74	374,80
FLEXÍVEL DE AÇO INOX PARA DUCHA 1.20MT.						
41	115271	20,00	PEÇA		5,01	100,20
JOELHO AZUL 25MM X ½						
42	115272	20,00	PEÇA		5,51	110,20
JOELHO ESGOTO 45° 100 MM.						
43	115273	20,00	PEÇA		30,33	606,60
JOELHO ESGOTO 45° 150 MM.						
44	115274	20,00	PEÇA		1,45	29,00
JOELHO ESGOTO 45° 40 MM.						
45	115275	20,00	PEÇA		2,75	55,00
JOELHO ESGOTO 45° 50 MM.						
46	115276	20,00	PEÇA		3,97	79,40
JOELHO ESGOTO 45° 75 MM.						
47	115277	30,00	PEÇA		5,42	162,60
JOELHO ESGOTO 90° 100 MM.						

“Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO



48	115278	80,00	PEÇA		30,42	2.433,60
JOELHO ESGOTO 90° 150 MM.						
49	115279	30,00	PEÇA		1,56	46,80
JOELHO ESGOTO 90° 40 MM.						
50	115280	50,00	PEÇA		2,00	100,00
JOELHO ESGOTO 90° 50 MM.						
51	115281	40,00	PEÇA		2,85	114,00
JOELHO ESGOTO 90° 75 MM.						
52	115282	20,00	PEÇA		5,49	109,80
JOELHO LR 25X3/4.						
53	115283	40,00	PEÇA		0,62	24,80
JOELHO SOLD. 25X90.						
54	115284	20,00	PEÇA		1,02	20,40
JOELHO SOLDÁVEL 25MM X 45.						
55	115286	5,00	PEÇA		3,10	15,50
JOELHO SOLDÁVEL 32MM X 45.						
56	115287	20,00	PEÇA		2,13	42,60
JOELHO SOLDÁVEL 32MM X 90.						
57	115288	20,00	PEÇA		1,28	25,60
JOELHO SOLDÁVEL 45° 20 MM.						
58	115290	20,00	PEÇA		3,36	67,20
JOELHO SOLDÁVEL 50MM X 45.						
59	115291	20,00	PEÇA		3,31	66,20
JOELHO SOLDÁVEL 50MM X 90.						
60	115292	20,00	PEÇA		0,53	10,60
JOELHO SOLDÁVEL 90° 20 MM.						
61	115296	20,00	PEÇA		28,55	571,00
JUNÇÃO ESGOTO 100 X 75.						
62	115297	60,00	PEÇA		95,31	5.718,60
KIT COMPLETO UNIVERSAL CX ACOPLADA 3/6 LT ENTRADA E SAÍDA.						
63	115298	50,00	PEÇA		52,35	2.617,50
KIT REPARO VÁLVULA ACIONAMENTO 1.1/2.						
64	115299	20,00	PEÇA		5,20	104,00
LUVA AZUL 25X1/2.						
65	115300	20,00	PEÇA		23,66	473,20
LUVA DE CORRER SOLDÁVEL 50MM.						
66	115301	20,00	PEÇA		6,08	121,60
LUVA ESGOTO 100 MM.						
67	115302	20,00	PEÇA		17,44	348,80
LUVA ESGOTO 150 MM.						
68	115303	20,00	PEÇA		1,38	27,60
LUVA ESGOTO 40 MM.						
69	115304	20,00	PEÇA		4,98	99,60
LUVA ESGOTO 50 MM.						
70	115305	20,00	PEÇA		3,46	69,20
LUVA ESGOTO 75 MM.						
71	115306	20,00	PEÇA		5,92	118,40
LUVA REDUÇÃO SOLD. 50X25MM.						
72	115307	20,00	PEÇA		2,01	40,20
LUVA SOLDÁVEL 20 MM PVC.						
73	115308	20,00	PEÇA		1,88	37,60
LUVA SOLDÁVEL 25 MM PVC.						
74	115309	40,00	PEÇA		3,80	152,00
LUVA SOLDÁVEL 32 MM PVC.						
75	115310	20,00	PEÇA		3,87	77,40

“Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO



LUA SOLDÁVEL 50 MM PVC.					
76	115313	20,00	PEÇA	1,67	33,40
LUA SOLDÁVEL 90 ROSCA 25MMX3/4.					
77	113766	100,00	MT	5,20	520,00
MANGUEIRA DE DRENO PARA AR CONDICIONADO 1/2					
78	113768	50,00	MT	6,08	304,00
MANGUEIRA DE DRENO PARA AR CONDICIONADO 3/8					
79	13150	20,00	UN	210,50	4.210,00
MANGUEIRA PARA JARDIM 1/2"- 50 M					
80	13616	50,00	UN	33,24	1.662,00
MECANISMO ENTRADA CAIXA UNIVERSAL					
81	13617	50,00	UN	31,02	1.551,00
MECANISMO SAIDA CAIXA UNIVERSAL					
82	14139	50,00	UN	0,69	34,50
NIPEL ROSCAVEL 1/2					
83	16448	50,00	UN	1,06	53,00
PLUG ROSCAVEL 1/2					
84	17699	15,00	UN	11,82	177,30
RALO SECO BRANCO 100X40					
85	18128	15,00	UN	47,91	718,65
REGISTRO GAVETA BASE 3/4					
86	18130	30,00	UN	31,59	947,70
REGISTRO PRESSÃO BASE 3/4					
87	20332	60,00	UN	9,73	583,80
SIFAO SANFONADO 1.50MT					
88	20929	20,00	UN	12,48	249,60
TE ESGOTO 100 MM					
89	20931	20,00	UN	52,09	1.041,80
TE ESGOTO 150 MM					
90	37427	40,00	UN	3,87	154,80
TEE 90° ESGOTO 40 MM					
91	38818	60,00	UN	5,88	352,80
TEE ESGOTO 50MM					
92	20934	20,00	UN	12,93	258,60
TE ESGOTO 75 MM					
93	20942	50,00	UN	1,25	62,50
TE SOLDÁVEL 20 MM					
94	33302	20,00	UN	1,10	22,00
TEE SOLDÁVEL 25 MM					
95	20945	20,00	UN	5,26	105,20
TE SOLDÁVEL 40 MM					
96	20946	20,00	UN	7,79	155,80
TE SOLDÁVEL 50 MM					
97	21732	20,00	UN	59,46	1.189,20
TORNEIRA COZINHA EM INOX MESA 3/4					
98	21733	10,00	UN	107,37	1.073,70
TORNEIRA COZINHA EM INOX PAREDE BICA ALTA					
99	21734	20,00	UN	66,91	1.338,20
TORNEIRA COZINHA EM INOX PAREDE BICA ALTA C-33					
100	113754	30,00	UN	3,40	102,00
TORNEIRA DE JARDIM 1/2					
101	21747	20,00	UN	69,33	1.386,60
TORNEIRA LAVATÓRIO EM INOX MESA 1/4 VOLTA 1/2 C-40					
102	21748	30,00	UN	112,12	3.363,60
TORNEIRA LAVATÓRIO EM INOX MESA BICA ALTA					

“Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO



103	22112	30,00	UN		9,46	283,80
TUBO EXTENSIVO 0,80CM - 0,73CM						
104	115229	20,00	PEÇA		41,75	835,00
ACABAMENTO VÁLVULA BEGE.						
105	113758	20,00	UN		32,05	641,00
TUBO PARA CAIXA DE DESCARGA INFANTIL						
106	22154	60,00	UN		32,05	1.923,00
TUBO PVC ESGOTO 40MM - BARRA 6M						
107	22155	50,00	UN		39,52	1.976,00
TUBO PVC ESGOTO 50MM - BARRA 6M						
108	22146	50,00	UN		41,82	2.091,00
TUBO PVC ESGOTO 75 MM (BARRA 6M)						
109	22148	60,00	UN		52,16	3.129,60
TUBO PVC ESGOTO 100 MM (BARRA 6M)						
110	22151	100,00	UN		76,17	7.617,00
TUBO PVC ESGOTO 150 MM (BARRA 6M)						
111	22164	40,00	UN		17,10	684,00
TUBO SOLDÁVEL 20 MM (BARRA 6M)						
112	22165	50,00	UN		17,97	898,50
TUBO SOLDÁVEL 25 MM (BARRA 6M)						
113	22167	20,00	UN		34,10	682,00
TUBO SOLDÁVEL 32 MM (BARRA 6M)						
114	22168	20,00	UN		59,04	1.180,80
TUBO SOLDÁVEL 40 MM (BARRA 6M)						
115	22169	40,00	UN		27,68	1.107,20
TUBO SOLDÁVEL 50 MM (BARRA 6M)						
116	22171	40,00	UN		47,22	1.888,80
TUBO SOLDÁVEL 60 MM (BARRA 6M)						
117	22226	20,00	UN		6,19	123,80
UNIÃO SOLDÁVEL 25 MM						
118	22227	20,00	UN		10,84	216,80
UNIÃO SOLDÁVEL 32 MM						
119	22304	10,00	UN		35,38	353,80
VALVULA LAVAT.CROM.S/UNHO S/LADRAO						
120	22307	10,00	UN		6,01	60,10
VALVULA P/ LAV E TANQUE S/ UNHO BR						
121	22313	30,00	UN		19,66	589,80
VALVULA PIA INOX 4.1/2						
122	22356	30,00	UN		227,30	6.819,00
VASO SANITÁRIO BRANCO						
123	113755	10,00	UN		342,00	3.420,00
VASO SANITÁRIO INFANTIL						
124	114244	30,00	UN		7,45	223,50
TAMPA CEGA 4X4						
125	114245	100,00	UN		6,41	641,00
ESPUDE PARA VASO SANITÁRIO						
126	114246	20,00	UN		8,98	179,60
LUVA DE REDUÇÃO 100X50 ESGOTO						
127	114248	30,00	UN		7,80	234,00
TE 50X25 SOLDÁVEL						
128	114249	20,00	UN		30,32	606,40
FLANGE SOLD. 50MM						
129	114250	20,00	UN		9,70	194,00
FLANGE SOLD. 25MM						
130	7939	50,00	UN		7,40	370,00

“Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO



ESPÁTULA DE AÇO 6,4 CM						
131	7938	50,00	UN		8,94	447,00
ESPÁTULA DE AÇO 10,2 CM						
132	114251	10,00	UN		63,16	631,60
CAIXA DE LIGAÇÃO PADRÃO (CASAN)						
133	114252	10,00	UN		27,60	276,00
CAIXA DE INSPEÇÃO 30X30 PLÁSTICA (REDONDA)						
134	15265	250,00	UN		8,96	2.240,00
PARAFUSO P/ VASO						
135	114253	50,00	UN		5,70	285,00
PARABOLT ¼"						
136	114254	170,00	UN		3,44	584,80
PARABOLT 5/16"						
137	114255	150,00	UN		3,35	502,50
PARABOLT 3/8"						
138	119538	15,00	UN		43,77	656,55
RALO PARA BANHEIRO SIFONADO 15CM X 15CM						
139	119539	20,00	UN		2,95	59,00
LUVAS SOLDÁVEL 40MM MARROM						
140	119540	20,00	UN		6,75	135,00
PLACA REDONDA 4" FOR						
141	119541	20,00	UN		4,36	87,20
LUVAS AZUL 25MMX3/4						
142	119542	20,00	UN		5,21	104,20
JOELHO AZUL 25MMX3/4						
143	130572	30,00	UN		9,98	299,40
TE AZUL 25MMX1/2						
144	119545	40,00	UN		4,22	168,80
ADAPTADOR CURTO 25MMX1/2						
145	119546	20,00	UN		13,06	261,20
JUNÇÃO DE 75X75MM - TIPO Y						
146	34100	40,00	UN		11,86	474,40
ENGATE FLEXIVEL 60CM						
147	119548	30,00	UN		13,40	402,00
JUNÇÃO SIMPLES 100X100 ESGOTO Y						
148	4087	20,00	UN		3,94	78,80
CAP SOLDÁVEL 50MM						
149	115257	20,00	PEÇA		8,20	164,00
CAP SOLDÁVEL 60MM.						
150	113767	500,00	MT		5,88	2.940,00
MANGUEIRA DE DRENO PARA AR CONDICIONADO 3/4						
151	119544	20,00	UN		5,43	108,60
TE AZUL 25MMX3/4						

Total Requisição: R\$ 151.380,40.

Obs: A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, admitida prorrogação por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade, permanecendo disponíveis, durante a vigência prorrogada, os quantitativos originalmente registrados.

2- FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, QUE CONSISTE NA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES CORRESPONDENTES OU, QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL DIVULGAR ESSES ESTUDOS, NO EXTRATO DAS PARTES QUE NÃO CONTIVEREM INFORMAÇÕES SIGILOSAS:





2.1- As informações técnicas estão vinculadas ao Estudo Técnico Preliminar nº 061/2026 - PMPB.

3- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1- Informação da contratação no tópico VII do Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 061/2026 - PMPB, anexo a este Termo de Referência.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1- Os requisitos da contratação estão contidos no tópico III do Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 061/2026 - PMPB, anexo a este Termo de Referência.

5- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1- A aquisição dos materiais hidrossanitários se dará de forma parcelada, conforme as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações do município. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pelas secretarias solicitantes num prazo de até **7 (SETE) dias** úteis, a contar do recebimento da ordem de compra.

5.1.1- A empresa vencedora do certame poderá ser submetida à aplicação de sanções administrativas, nos termos da legislação vigente, em caso de atraso injustificado na entrega dos itens ou de recusa no fornecimento dos itens solicitados.

6- MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

6.1- Para este objeto específico não caberá à emissão de instrumento de contrato, sendo emitida Ata de Registro de Preço após homologação ao processo licitatório.

As exigências para o fornecimento dos serviços estão contidas neste e nos demais documentos complementares a este processo licitatório.

7- CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

7.1- O pagamento será efetuado até **30 (trinta)** dias após a entrega dos materiais mediante a apresentação da Ordem de Compra, acompanhada da Respectiva **Nota Fiscal Eletrônica** com o devido aceite.

8- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1- A empresa fornecedora deverá apresentar todos os documentos exigidos para habilitação e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, conforme legislação aplicável.

A Prefeitura Municipal de Porto Belo reserva-se o direito de cancelar a Ata de Registro de Preços, sem ônus, caso ocorra descumprimento das condições estabelecidas ou constatação de irregularidades por parte da empresa fornecedora.

A seleção do fornecedor será através de pregão eletrônico, onde o menor lance ganhará, e após a análise de documentos de habilitação, se tudo estiver certo, será declarado vencedor do certame.

9- ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS, QUE DEVEM CONSTAR DE DOCUMENTO SEPARADO E CLASSIFICADO:

9.1 - A estimativa da quantidade dos itens desse pregão está especificada na tabela do tópico 1, no valor total de R\$ 151.380,40. A memória de cálculo e orçamentos estão anexos a este processo.

10- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:





10.1- O processo trata se de um Registro de Preço desta forma não possui dotação orçamentária.

11- ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PREFERENCIALMENTE CONFORME CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DE QUALIDADE, RENDIMENTO, COMPATIBILIDADE, DURABILIDADE E SEGURANÇA:

11.1- O Catálogo Eletrônico de Padronização encontra-se na fase inicial de construção. As especificações necessárias estão descritas no Item I deste TR.

12- INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO:

12.1- A empresa vencedora do certame deverá entregar os materiais nos locais indicados pelas secretarias solicitantes quando necessário em até 7 (SETE) dias úteis.

13 - ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO:

13.1- Por se tratar de fornecimento de material, a contratada deverá garantir que os itens entregues estejam em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, assegurando prazo mínimo de garantia de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo, sem prejuízo das garantias legais previstas no Código de Defesa do Consumidor. Durante o período de garantia, a contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo máximo a ser definido pela Administração, quaisquer vícios, defeitos ou inconformidades constatadas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Porto Belo/SC, 24 de abril de 2026.

Felipe Barcelos Esteves
Assessor de licitação

ANEXO I - A
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 061/2026 – PMPB

A obrigação de elaborar Estudo Técnico Preliminar aplica-se à licitação de bens e à contratação de serviços e obras, inclusive locação e contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, e conforme previsto no § 1º, do artigo 18, da Lei Federal n.º 14.133/2021, o documento evidencia o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.

Objeto: Aquisição de materiais hidrossanitários, atendendo as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo.





1- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO:

1.1-A presente contratação decorre da necessidade de garantir a manutenção, conservação e adequado funcionamento das instalações hidrossanitárias dos prédios públicos vinculados às Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo/SC. A inexistência ou insuficiência desses materiais compromete a realização de reparos preventivos e corretivos, podendo ocasionar vazamentos, desperdício de água, danos estruturais e interrupções na prestação de serviços públicos essenciais. Sob a perspectiva do interesse público, a aquisição visa assegurar a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços prestados à população, bem como promover o uso racional dos recursos públicos, evitando custos mais elevados decorrentes de manutenções emergenciais e agravamento de problemas estruturais

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

2.1- A contratação em questão encontra-se disponível no endereço eletrônico <https://portobelo.sc.gov.br/plano-contratacao-anual-2026/> especificamente no item 202 do mesmo.

3 - REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

3.1- A aquisição dos materiais hidrossanitários se dará de forma parcelada, conforme as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações do município. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pelas secretarias solicitantes num prazo de até **7 (SETE) dias** úteis, a contar do recebimento da ordem de compra.

3.1.1- A empresa vencedora do certame poderá ser submetida à aplicação de sanções administrativas, nos termos da legislação vigente, em caso de atraso injustificado na entrega dos itens ou de recusa no fornecimento dos itens solicitados.

4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHEM DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA:

4.1 - A estimativa da quantidade dos itens desse pregão está especificada na tabela abaixo, e a memória de cálculo e orçamentos estão anexos a este processo.

Item	Cód.	Qtde.	Unid.	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	147	50,00	UN		1,10	55,00
ABRAÇADEIRA PVC P/ CONDULETE 1/2CINZA						
2	115228	50,00	PEÇA		0,60	30,00
ABRAÇADEIRA PVC P/ CONDULETE 3/4CINZA.						
3	115230	50,00	PEÇA		0,62	31,00
ADAPTADOR CURTO 25X3/4.						
4	115231	20,00	PEÇA		1,20	24,00
ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO 32MMX1.						
5	115232	20,00	PEÇA		8,45	169,00
ADAPTADOR SOLDÁVEL P/CX D'ÁGUA 25MMX3/4.						
6	115233	20,00	PEÇA		12,65	253,00
ADAPTADOR SOLDÁVEL P/CX D'ÁGUA 50X1.1/2.						
7	115234	20,00	PEÇA		59,93	1.198,60
ALICATE BOMBA D. ÁGUA 12.						





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO



8	115235	30,00	PEÇA	6,87	206,10
ANEL DE VEDAÇÃO P/ VASO SANITÁRIO C/ GUIA.					
9	115236	20,00	PEÇA	6,75	135,00
ANEL DE VEDAÇÃO P/ VASO SANITÁRIO S/ GUIA.					
10	115237	40,00	PEÇA	67,38	2.695,20
ASSENTO SANITÁRIO BRANCO INFANTIL.					
11	1333	160,00	UN	39,97	6.395,20
ASSENTO SANITÁRIO BRANCO					
12	1457	50,00	UN	372,43	18.621,50
BACIO C/ CX. ACOPLADA BRANCO					
13	115240	20,00	PEÇA	10,69	213,80
BOIA PARA CAIXA DE ÁGUA EM PVC.					
14	2431	20,00	UN	13,75	275,00
BRAÇO CHUVEIRO 40 CM PVC					
15	3319	10,00	UN	322,95	3.229,50
CAIXA D'ÁGUA 1.000 LITROS COM TAMPA- PVC					
16	3322	10,00	UN	776,74	7.767,40
CAIXA D'ÁGUA 2.000 LITROS COM TAMPA- PVC					
17	3326	5,00	UN	2.175,46	10.877,30
CAIXA D'ÁGUA 5.000 LITROS COM TAMPA- PVC					
18	115245	20,00	PEÇA	32,71	654,20
CAIXA DE DESCARGA BRANCA EM MATERIAL DE PVC PARA BANHEIRO 9 LTS.					
19	115246	20,00	PEÇA	33,44	668,80
CAIXA DE DESCARGA BRANCA PARA SANITÁRIO INFANTIL.					
20	115247	130,00	PEÇA	4,89	635,70
CAP ESGOTO 100MM.					
21	4077	20,00	UN	39,64	792,80
CAP ESGOTO 150MM					
22	115249	20,00	PEÇA	1,88	37,60
CAP ESGOTO 40MM.					
23	4079	20,00	UN	4,23	84,60
CAP ESGOTO 50MM					
24	115251	20,00	PEÇA	5,02	100,40
CAP ESGOTO 75MM.					
25	115252	20,00	PEÇA	1,08	21,60
CAP SOLDÁVEL 20MM.					
26	115253	20,00	PEÇA	0,89	17,80
CAP SOLDÁVEL 25MM.					
27	115254	20,00	PEÇA	1,05	21,00
CAP SOLDÁVEL 32MM.					
28	115255	20,00	PEÇA	2,39	47,80
CAP SOLDÁVEL 40MM.					
29	115258	10,00	PEÇA	66,12	661,20
CHAVE GRIFO 18".					
30	115259	20,00	PEÇA	69,97	1.399,40
CHUVEIRO ELÉTRICO 220V 5500 W.					
31	115260	50,00	PEÇA	15,17	758,50
CURVA ESGOTO 100MM.					
32	115261	80,00	PEÇA	56,73	4.538,40
CURVA ESGOTO 150MM.					
33	115262	20,00	PEÇA	2,70	54,00
CURVA ESGOTO 40MM.					
34	115264	70,00	PEÇA	8,83	618,10
CURVA ESGOTO 75MM.					
35	115265	30,00	PEÇA	1,62	48,60

“Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO



CURVA SOLDÁVEL 25MM.						
36	115266	20,00	PEÇA		6,48	129,60
CURVA SOLDÁVEL 32MM.						
37	115267	20,00	PEÇA		12,01	240,20
CURVA SOLDÁVEL 50MM.						
38	115268	10,00	PEÇA		82,62	826,20
DUCHA HIGIÊNICA CROMADA COM REGISTRO E GATILHO.						
39	115269	35,00	PEÇA		4,24	148,40
FITA VEDA ROSCA TEFLON 18MM X 20 MTS.						
40	115270	20,00	PEÇA		18,74	374,80
FLEXÍVEL DE AÇO INOX PARA DUCHA 1.20MT.						
41	115271	20,00	PEÇA		5,01	100,20
JOELHO AZUL 25MM X ½						
42	115272	20,00	PEÇA		5,51	110,20
JOELHO ESGOTO 45° 100 MM.						
43	115273	20,00	PEÇA		30,33	606,60
JOELHO ESGOTO 45° 150 MM.						
44	115274	20,00	PEÇA		1,45	29,00
JOELHO ESGOTO 45° 40 MM.						
45	115275	20,00	PEÇA		2,75	55,00
JOELHO ESGOTO 45° 50 MM.						
46	115276	20,00	PEÇA		3,97	79,40
JOELHO ESGOTO 45° 75 MM.						
47	115277	30,00	PEÇA		5,42	162,60
JOELHO ESGOTO 90° 100 MM.						
48	115278	80,00	PEÇA		30,42	2.433,60
JOELHO ESGOTO 90° 150 MM.						
49	115279	30,00	PEÇA		1,56	46,80
JOELHO ESGOTO 90° 40 MM.						
50	115280	50,00	PEÇA		2,00	100,00
JOELHO ESGOTO 90° 50 MM.						
51	115281	40,00	PEÇA		2,85	114,00
JOELHO ESGOTO 90° 75 MM.						
52	115282	20,00	PEÇA		5,49	109,80
JOELHO LR 25X3/4.						
53	115283	40,00	PEÇA		0,62	24,80
JOELHO SOLD. 25X90.						
54	115284	20,00	PEÇA		1,02	20,40
JOELHO SOLDÁVEL 25MM X 45.						
55	115286	5,00	PEÇA		3,10	15,50
JOELHO SOLDÁVEL 32MM X 45.						
56	115287	20,00	PEÇA		2,13	42,60
JOELHO SOLDÁVEL 32MM X 90.						
57	115288	20,00	PEÇA		1,28	25,60
JOELHO SOLDÁVEL 45° 20 MM.						
58	115290	20,00	PEÇA		3,36	67,20
JOELHO SOLDÁVEL 50MM X 45.						
59	115291	20,00	PEÇA		3,31	66,20
JOELHO SOLDÁVEL 50MM X 90.						
60	115292	20,00	PEÇA		0,53	10,60
JOELHO SOLDÁVEL 90° 20 MM.						
61	115296	20,00	PEÇA		28,55	571,00
JUNÇÃO ESGOTO 100 X 75.						
62	115297	60,00	PEÇA		95,31	5.718,60
KIT COMPLETO UNIVERSAL CX ACOPLADA 3/6 LT ENTRADA E SAÍDA.						

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 15/05/2026 15:11 - 43:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/ripab6041467c092>





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO



63	115298	50,00	PEÇA		52,35	2.617,50
KIT REPARO VÁLVULA ACIONAMENTO 1.1/2.						
64	115299	20,00	PEÇA		5,20	104,00
LUVA AZUL 25X1/2.						
65	115300	20,00	PEÇA		23,66	473,20
LUVA DE CORRER SOLDÁVEL 50MM.						
66	115301	20,00	PEÇA		6,08	121,60
LUVA ESGOTO 100 MM.						
67	115302	20,00	PEÇA		17,44	348,80
LUVA ESGOTO 150 MM.						
68	115303	20,00	PEÇA		1,38	27,60
LUVA ESGOTO 40 MM.						
69	115304	20,00	PEÇA		4,98	99,60
LUVA ESGOTO 50 MM.						
70	115305	20,00	PEÇA		3,46	69,20
LUVA ESGOTO 75 MM.						
71	115306	20,00	PEÇA		5,92	118,40
LUVA REDUÇÃO SOLD. 50X25MM.						
72	115307	20,00	PEÇA		2,01	40,20
LUVA SOLDÁVEL 20 MM PVC.						
73	115308	20,00	PEÇA		1,88	37,60
LUVA SOLDÁVEL 25 MM PVC.						
74	115309	40,00	PEÇA		3,80	152,00
LUVA SOLDÁVEL 32 MM PVC.						
75	115310	20,00	PEÇA		3,87	77,40
LUVA SOLDÁVEL 50 MM PVC.						
76	115313	20,00	PEÇA		1,67	33,40
LUVA SOLDÁVEL 90 ROSCA 25MMX3/4.						
77	113766	100,00	MT		5,20	520,00
MANGUEIRA DE DRENO PARA AR CONDICIONADO 1/2						
78	113768	50,00	MT		6,08	304,00
MANGUEIRA DE DRENO PARA AR CONDICIONADO 3/8						
79	13150	20,00	UN		210,50	4.210,00
MANGUEIRA PARA JARDIM 1/2"- 50 M						
80	13616	50,00	UN		33,24	1.662,00
MECANISMO ENTRADA CAIXA UNIVERSAL						
81	13617	50,00	UN		31,02	1.551,00
MECANISMO SAIDA CAIXA UNIVERSAL						
82	14139	50,00	UN		0,69	34,50
NIPEL ROSCAVEL 1/2						
83	16448	50,00	UN		1,06	53,00
PLUG ROSCAVEL 1/2						
84	17699	15,00	UN		11,82	177,30
RALO SECO BRANCO 100X40						
85	18128	15,00	UN		47,91	718,65
REGISTRO GAVETA BASE 3/4						
86	18130	30,00	UN		31,59	947,70
REGISTRO PRESSÃO BASE 3/4						
87	20332	60,00	UN		9,73	583,80
SIFAO SANFONADO 1.50MT						
88	20929	20,00	UN		12,48	249,60
TE ESGOTO 100 MM						
89	20931	20,00	UN		52,09	1.041,80
TE ESGOTO 150 MM						
90	37427	40,00	UN		3,87	154,80

“Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO



TEE 90° ESGOTO 40 MM						
91	38818	60,00	UN		5,88	352,80
TEE ESGOTO 50MM						
92	20934	20,00	UN		12,93	258,60
TE ESGOTO 75 MM						
93	20942	50,00	UN		1,25	62,50
TE SOLDÁVEL 20 MM						
94	33302	20,00	UN		1,10	22,00
TEE SOLDÁVEL 25 MM						
95	20945	20,00	UN		5,26	105,20
TE SOLDÁVEL 40 MM						
96	20946	20,00	UN		7,79	155,80
TE SOLDÁVEL 50 MM						
97	21732	20,00	UN		59,46	1.189,20
TORNEIRA COZINHA EM INOX MESA 3/4						
98	21733	10,00	UN		107,37	1.073,70
TORNEIRA COZINHA EM INOX PAREDE BICA ALTA						
99	21734	20,00	UN		66,91	1.338,20
TORNEIRA COZINHA EM INOX PAREDE BICA ALTA C-33						
100	113754	30,00	UN		3,40	102,00
TORNEIRA DE JARDIM 1/2						
101	21747	20,00	UN		69,33	1.386,60
TORNEIRA LAVATÓRIO EM INOX MESA 1/4 VOLTA 1/2 C-40						
102	21748	30,00	UN		112,12	3.363,60
TORNEIRA LAVATÓRIO EM INOX MESA BICA ALTA						
103	22112	30,00	UN		9,46	283,80
TUBO EXTENSIVO 0,80CM - 0,73CM						
104	115229	20,00	PEÇA		41,75	835,00
ACABAMENTO VÁLVULA BEGE.						
105	113758	20,00	UN		32,05	641,00
TUBO PARA CAIXA DE DESCARGA INFANTIL						
106	22154	60,00	UN		32,05	1.923,00
TUBO PVC ESGOTO 40MM - BARRA 6M						
107	22155	50,00	UN		39,52	1.976,00
TUBO PVC ESGOTO 50MM - BARRA 6M						
108	22146	50,00	UN		41,82	2.091,00
TUBO PVC ESGOTO 75 MM (BARRA 6M)						
109	22148	60,00	UN		52,16	3.129,60
TUBO PVC ESGOTO 100 MM (BARRA 6M)						
110	22151	100,00	UN		76,17	7.617,00
TUBO PVC ESGOTO 150 MM (BARRA 6M)						
111	22164	40,00	UN		17,10	684,00
TUBO SOLDÁVEL 20 MM (BARRA 6M)						
112	22165	50,00	UN		17,97	898,50
TUBO SOLDÁVEL 25 MM (BARRA 6M)						
113	22167	20,00	UN		34,10	682,00
TUBO SOLDÁVEL 32 MM (BARRA 6M)						
114	22168	20,00	UN		59,04	1.180,80
TUBO SOLDÁVEL 40 MM (BARRA 6M)						
115	22169	40,00	UN		27,68	1.107,20
TUBO SOLDÁVEL 50 MM (BARRA 6M)						
116	22171	40,00	UN		47,22	1.888,80
TUBO SOLDÁVEL 60 MM (BARRA 6M)						
117	22226	20,00	UN		6,19	123,80
UNIÃO SOLDÁVEL 25 MM						





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO



118	22227	20,00	UN		10,84	216,80
UNIÃO SOLDÁVEL 32 MM						
119	22304	10,00	UN		35,38	353,80
VALVULA LAVAT.CROM.S/UNHO S/LADRAO						
120	22307	10,00	UN		6,01	60,10
VALVULA P/ LAV E TANQUE S/ UNHO BR						
121	22313	30,00	UN		19,66	589,80
VALVULA PIA INOX 4.1/2						
122	22356	30,00	UN		227,30	6.819,00
VASO SANITÁRIO BRANCO						
123	113755	10,00	UN		342,00	3.420,00
VASO SANITÁRIO INFANTIL						
124	114244	30,00	UN		7,45	223,50
TAMPA CEGA 4X4						
125	114245	100,00	UN		6,41	641,00
ESPUDE PARA VASO SANITÁRIO						
126	114246	20,00	UN		8,98	179,60
LUVA DE REDUÇÃO 100X50 ESGOTO						
127	114248	30,00	UN		7,80	234,00
TE 50X25 SOLDÁVEL						
128	114249	20,00	UN		30,32	606,40
FLANGE SOLD. 50MM						
129	114250	20,00	UN		9,70	194,00
FLANGE SOLD. 25MM						
130	7939	50,00	UN		7,40	370,00
ESPÁTULA DE AÇO 6,4 CM						
131	7938	50,00	UN		8,94	447,00
ESPÁTULA DE AÇO 10,2 CM						
132	114251	10,00	UN		63,16	631,60
CAIXA DE LIGAÇÃO PADRÃO (CASAN)						
133	114252	10,00	UN		27,60	276,00
CAIXA DE INSPEÇÃO 30X30 PLÁSTICA (REDONDA)						
134	15265	250,00	UN		8,96	2.240,00
PARAFUSO P/ VASO						
135	114253	50,00	UN		5,70	285,00
PARABOLT ¼"						
136	114254	170,00	UN		3,44	584,80
PARABOLT 5/16"						
137	114255	150,00	UN		3,35	502,50
PARABOLT 3/8"						
138	119538	15,00	UN		43,77	656,55
RALO PARA BANHEIRO SIFONADO 15CM X 15CM						
139	119539	20,00	UN		2,95	59,00
LUVA SOLDÁVEL 40MM MARROM						
140	119540	20,00	UN		6,75	135,00
PLACA REDONDA 4" FOR						
141	119541	20,00	UN		4,36	87,20
LUVA AZUL 25MMX3/4						
142	119542	20,00	UN		5,21	104,20
JOELHO AZUL 25MMX3/4						
143	130572	30,00	UN		9,98	299,40
TE AZUL 25MMX1/2						
144	119545	40,00	UN		4,22	168,80
ADAPTADOR CURTO 25MMX1/2						
145	119546	20,00	UN		13,06	261,20

“Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO



JUNÇÃO DE 75X75MM - TIPO Y						
146	34100	40,00	UN		11,86	474,40
ENGATE FLEXIVEL 60CM						
147	119548	30,00	UN		13,40	402,00
JUNÇÃO SIMPLES 100X100 ESGOTO Y						
148	4087	20,00	UN		3,94	78,80
CAP SOLDÁVEL 50MM						
149	115257	20,00	PEÇA		8,20	164,00
CAP SOLDÁVEL 60MM.						
150	113767	500,00	MT		5,88	2.940,00
MANGUEIRA DE DRENO PARA AR CONDICIONADO 3/4						
151	119544	20,00	UN		5,43	108,60
TE AZUL 25MMX3/4						

Total Requisição: R\$ 151.380,40.

Obs: A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, admitida prorrogação por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade, permanecendo disponíveis, durante a vigência prorrogada, os quantitativos originalmente registrados.

5- LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

5.1- O levantamento de mercado evidencia a existência de múltiplas alternativas para atendimento da demanda da Administração, tais como a aquisição direta de materiais hidrossanitários junto a fornecedores especializados, a contratação de fornecimento sob demanda e a contratação de serviços que incluam o fornecimento dos insumos. Após análise técnica e econômica, verifica-se que a aquisição de materiais por meio de procedimento licitatório, preferencialmente na modalidade pregão eletrônico, constitui a solução mais vantajosa, em razão da ampla competitividade, da possibilidade de obtenção de preços mais favoráveis e da flexibilidade no atendimento das necessidades institucionais.

Destaca-se, ainda, como relevante benefício dessa solução, a disponibilidade imediata dos materiais em estoque, o que confere maior agilidade na execução de pequenos reparos e manutenções corretivas emergenciais, evitando a paralisação de atividades e o agravamento de problemas nas instalações públicas. Tal condição contribui diretamente para a continuidade, eficiência e economicidade dos serviços prestados, ao mesmo tempo em que reduz custos decorrentes de intervenções mais complexas e urgentes.

6- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO:

6.1 – Depois de realizada todas as pesquisas de preço, o valor estimado da contratação ficou em R\$ 151.380,40 reais no total.

6.2 - As memórias de cálculos estão nos anexos desse processo.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO:

7.1- A solução proposta consiste na aquisição de materiais hidrossanitários, de forma parcelada e conforme a demanda das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo/SC, visando atender às necessidades de manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais. Os itens a





serem fornecidos deverão atender rigorosamente às especificações técnicas estabelecidas, bem como às normas de qualidade e segurança vigentes, garantindo durabilidade e adequado desempenho em sua aplicação.

7.2- O fornecimento deverá ocorrer mediante solicitações da Administração, com prazos definidos, assegurando a disponibilidade contínua dos materiais necessários à execução ágil de reparos e intervenções, especialmente em situações emergenciais. A contratada será responsável pela substituição de materiais que apresentem defeitos, inconformidades ou baixa qualidade, sem ônus adicional para a Administração.

7.3- Considerando a natureza do objeto, não se aplica a exigência de manutenção ou assistência técnica especializada por parte da contratada, uma vez que se trata de fornecimento de bens de consumo. Todavia, deverá ser garantida a qualidade dos produtos fornecidos, bem como o atendimento a eventuais solicitações de troca ou reposição, assegurando o pleno atendimento das necessidades da Administração e a continuidade dos serviços públicos.

8- JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

8.1- A forma de julgamento deverá ser menor preço por item. A entrega dos materiais ocorrerá de forma parcelada.

9- DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS:

9.1- A contratação pretendida visa proporcionar ganhos significativos em termos de economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos, ao possibilitar a aquisição de materiais hidrossanitários por meio de processo licitatório competitivo, com consequente obtenção de preços mais vantajosos. A disponibilização dos materiais em estoque permitirá a realização imediata de pequenos reparos e manutenções preventivas e corretivas, reduzindo a necessidade de contratações emergenciais, que, em regra, apresentam custos mais elevados.

9.2- Sob a perspectiva do aproveitamento dos recursos humanos, a solução contribui para maior eficiência das equipes de manutenção, que passam a dispor dos insumos necessários para atuação ágil e planejada, evitando retrabalhos e interrupções nas atividades. Quanto aos recursos materiais e financeiros, a aquisição parcelada e conforme a demanda possibilita melhor controle de estoque, minimiza desperdícios e evita aquisições excessivas, promovendo o uso racional dos insumos. Dessa forma, a contratação assegura a continuidade dos serviços públicos com maior eficiência, economicidade e adequada alocação dos recursos disponíveis.

10- PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL:

10.1- Deverá ser designado um servidor para fiscalização e gestão contratual, ou se necessário, capacitar, para garantir o correto acompanhamento da execução e o cumprimento das cláusulas contratuais.

11- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

11.1- Não há nenhuma contratação correlata e/ou interdependente em relação ao objeto.

12- DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO





LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL:

12.1- A aquisição de materiais hidrossanitários pode acarretar impactos ambientais relacionados à extração de matérias-primas, processos de fabricação, consumo de energia, transporte e geração de resíduos decorrentes de embalagens e de eventuais sobras ou itens inservíveis. Tais impactos incluem, entre outros, o consumo de recursos naturais, a emissão de poluentes e a geração de resíduos sólidos.

12.2- Como medidas mitigadoras, deverá ser exigido que a contratada observe integralmente a legislação ambiental vigente, adotando práticas que promovam o uso racional de recursos naturais e a redução do consumo de energia em seus processos produtivos e logísticos. Sempre que possível, os materiais fornecidos deverão atender a normas técnicas de qualidade e eficiência, contribuindo para a durabilidade e redução da necessidade de substituições frequentes. Deverá, ainda, ser priorizado o fornecimento de produtos com menor impacto ambiental, inclusive no que se refere a embalagens reduzidas ou recicláveis.

12.3- No que tange à gestão de resíduos, deverá ser observada a adequada destinação final de embalagens, sobras e materiais inservíveis, podendo ser exigida, quando aplicável, a implementação de sistemas de logística reversa, em conformidade com a legislação pertinente. Ressalta-se que a responsabilidade pela adoção das medidas mitigadoras, bem como pelo cumprimento das obrigações ambientais, é da empresa contratada, devendo esta adotar todas as providências necessárias para minimizar os impactos decorrentes da execução contratual.

13- POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA:

13.1- Considerando as informações relacionadas no decorrer da apresentação deste ETP, e a solução encontrada para o objeto em questão, e considerando ainda a pesquisa de mercado amplamente realizada, manifestamos favoravelmente sobre o prosseguimento do ato, visando à publicidade do edital.

Porto Belo/SC, 22 de abril de 2026.

Felipe Barcelos Esteves
Assessor de licitação

ANEXO II HABILITAÇÃO COMPLEMENTAR E DILIGÊNCIAS SANEADORAS





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO



1.1. Dentre as atribuições do (a) Pregoeiro (a), destaca-se, em relação à habilitação, a verificação e julgamento das condições de habilitação, saneado erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação, que deverão estar anexadas de forma eletrônica, nos moldes da legislação.

1.2. Será julgada **inabilitada** a proponente que:

- a) Deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital, desde que esta não seja sanável, nos moldes da legislação.
- b) Deixar de apresentar algum dos documentos exigidos no Edital para comprovação da habilitação, independentemente de ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- c) Apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal, que dificulte, impossibilite a compreensão ou invalide o documento;
- d) Apresentar declaração ou qualquer outro documento com conteúdo falso ou adulterado;
- e) Apresentar documento de regularidade fiscal, social ou trabalhista vencido. **Não se aplica esta regra quando o licitante for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.**

1.3. A empresa vencedora do Pregão deverá apresentar, imediatamente após o encerramento da disputa de lances, os **DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO**, quando estes forem considerados, pelo(a) Pregoeiro(a), constantes no item 13 do edital, assim que for autorizado, e dentro do prazo estabelecido e devidamente justificado.

1.4. A prorrogação de prazo para a apresentação de documentos exigidos em ato de diligência deverá ser requerido dentro do prazo inicialmente previsto, preferencialmente por meio escrito, via *chat* no **sistema**, ficando adstrito à conveniência da Administração Pública, quando não for especificado prazo legal, sob a autoridade do(a) Pregoeiro(a), no âmbito de sua competência, e sempre com critérios de razoabilidade e interesse público.

1.5. O(a) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

1.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de falhas, nos termos do art. 59, § 2º, e do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema eletrônico, sendo a ocorrência devidamente registrada em ata.





ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL
(licitante vencedor)

Apresentamos nossa proposta para o fornecimento do objeto da presente licitação **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026**, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus Anexos.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:
REPRESENTANTE/ CARGO:
ENDEREÇO / TELEFONE / E-MAIL:
CNPJ / INSCRIÇÃO ESTADUAL:
CARTEIRA DE IDENTIDADE / CPF:
AGÊNCIA / Nº DA CONTA BANCÁRIA / CHAVE PIX:

2. PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o **ANEXO I** do Edital.

PROPOSTA: R\$ _____ ().

3. CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

4. PRAZO DE GARANTIA

Conforme o Termo de Referência (caso conste), a garantia é mínima de _____.

5. LOCALE PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no **ANEXO I**, deste Edital.

6. VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

A validade mínima desta proposta é de _____ (_____) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Obs.: a interposição de recurso **SUSPENDE** o prazo de validade da proposta até decisão.

Porto Belo, ___ de ___ de 2026.

Assinatura do Representante Legal





ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES

A pessoa jurídica denominada _____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____ (endereço completo da empresa), e por intermédio de seu representante legal, devidamente credenciado:

DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta, nos termos do inciso I do art. 63 da Lei nº 14.133/2021, de **que cumpre plenamente aos requisitos exigidos para efeito de habilitação;**

DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, **que quaisquer outras despesas não incluídas na cotação dos preços dos produtos licitados correrão por conta da empresa;**

DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, **que tomou conhecimento e aceita as condições do conteúdo do presente Edital e se submete ao disposto constante na Lei nº 14.133/2021 e Diplomas Complementares;**

DECLARA, para fins de participação no processo licitatório, sob as penas da lei, que se encontra em situação regular no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não possuindo em seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos da legislação vigente.

DECLARA que não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; e que não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

DECLARA que por meio de seu representante legal infra-assinado, que se encontra em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade Social (FGTS e INSS), bem como atende a todas as demais exigências de habilitação **constantes do edital próprio;**

DECLARA, também, **que está obrigada sob as penas da lei, a informar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação;**

DECLARA, também, conhecer e cumprir o previsto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e no Decreto nº 8.420/2015, sob pena de responsabilização administrativa e civil pela prática de atos contra esta Administração, incluindo todos os seus profissionais envolvidos na fase de contratação e execução do objeto licitado;

DECLARA, também, que cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e noutras normas específicas.

DECLARA, também, que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Porto Belo, de de 2026.

Assinatura do Responsável ou Representante Legal





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO



ANEXO V
DECLARAÇÃO ME/EPP

A empresa____, estabelecida na_____, inscrita no CNPJ sob nº____neste ato representada pelo Senhor(a) _____, devidamente credenciado, no uso de suas atribuições legais, vêm:

DECLARA, sob as penas da lei, que se enquadra como **Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual** nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a se beneficiar das vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Tendo conhecimento dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação.

DECLARA também que os contratos já celebrados com a administração pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 4º, §2º, da Lei 14.133/2021.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Porto Belo, ___de___de 2026.

Assinatura do Responsável ou Representante Legal





ANEXO VI
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

No dia do mês de do ano de 2026, compareceram, de um lado a (o) **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.575.812/0001-20, com sede administrativa na Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, Centro, CEP 88.210-000, Porto Belo/SC, representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL**, o Sr. **JOEL ORLANDO LUCINDA**, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO**, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas **DETENTORAS DA ATA**, que firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº XXX/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2026 - PMPB**, regidos pela Lei n.º 14.133/2021 e o Decreto Municipal n.º 3.757/2024, bem como as demais normas legais pertinentes, o disposto no edital e seus anexos e os termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

Seguem os licitantes que participaram da licitação:

NOME DA EMPRESA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º..., com sede na Rua ..., bairro..., Cidade/UF, representado por ..., inscrito no CPF n.º ...

CÓDIGO	EMPRESA	ITENS

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a **Aquisição de materiais hidrossanitários, para atender as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo.**

1.1. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. Seguem abaixo as especificações de cada item, com o respectivo fornecedor vencedor:

FORNECEDOR / NOME DA EMPRESA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA REVISÃO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de **MENOR PREÇO POR ITEM** inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de





**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**



transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço, com exceção do subitem abaixo.

2.3. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 e art. 134, ambos da Lei nº 14.133/2021, por meio de apostilamento.

2.4. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.5. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.6. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo, conforme art. 123, § único da Lei nº 14.133/2021.

2.7. No reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.8. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.9. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.10. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 e art. 134, ambos da Lei nº 14.133/2021, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1)** as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, locale horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2)** o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta eo preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.11. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de





Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.12. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULATERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido ao disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no art. 95 da Lei nº 14.133/2021, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133, de 01º de abril de 2021, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração.

CLÁUSULAQUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. À Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os serviços registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.3. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos serviços, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de serviços, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.4. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO



aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.5. Prorrogar o prazo de vigência da ata de registro de preços, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.6. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.7. Emitir a autorização de compra;

5.1.8. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos serviços dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, **aplicáveis exclusivamente aos contratos decorrentes desta Ata, vedada a alteração dos quantitativos registrados na própria Ata de Registro de Preços.**

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava





desta Ata de Registro de Preços.

5.3.11. A aquisição dos materiais se dará de forma fracionada, conforme necessidade da Secretariasolicitante, sendo o frete de responsabilidade da empresa contratada;

5.3.12. O Material deverá ser entregue no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis após o envio da Ordem de Compra.

5.3.13. Caso o material entregue apresente avarias ou falhas que venham a ocasionar perda ao município, o mesmo será devolvido e caberá à empresa realizar a substituição do mesmo. Os materiais deverão ser de primeira linha, atendendo os padrões prescritos em norma para cada qual.

5.3.14. Nos casos em que os produtos solicitados não atendam as especificações deste edital, os mesmos terão a entrega negada, devendo a contratada substituí-los imediatamente.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.3. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.4. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.5. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.6. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.





7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no art. 95 da Lei nº 14.133/2021, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras - órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora (s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.6. O local de entrega dos equipamentos será estabelecido em cada Ordem de Compra, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.7. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, constante no termo de referência anexo.

7.8. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.9. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.10. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.11. As despesas relativas à entrega dos serviços correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.12. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os equipamentos, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.13. Serão recusados os equipamentos imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.14. Todas as despesas relativas à prestação de serviços, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos serviços, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela (s) fornecedora (s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.





8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021 quando não formalizado contrato para ser aditivado.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no art. 83 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o art. 95 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.2. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) Multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) Cancelamento do preço registrado;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

11.3. As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.4. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até odécimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.5. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer esfera federativa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO BELO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO



que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, na forma do **art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021**.

11.6. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.5. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.7. Ensejará, ainda, a aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos, o licitante que apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

11.8. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.9. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.5, será de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima imposta.

11.10. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.11. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.12. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Belo para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em uma via para cada parte, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Porto Belo/SC, ____ de _____ de 2026.

JOEL ORLANDO LUCINDA
Prefeito Municipal

